



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCURSO PÚBLICO PARA A OUTORGA
DE DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS NOTARIAIS E
REGISTRAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÃO Nº 001/2015 CECPODNR

- PROVIMENTO -

TIPO DE PROVA

1

MATÉRIA	QUESTÕES	PONTUAÇÃO
Registros Públicos, Direito Notarial e Protesto de Títulos	01 a 28	1,00 cada
Direito Civil	29 a 46	1,00 cada
Direito Empresarial/Comercial	47 a 64	1,00 cada
Direito Administrativo	65 a 71	1,00 cada
Direito Constitucional	72 a 78	1,00 cada
Direito Processual Civil	79 a 85	1,00 cada
Direito Tributário	86 a 92	1,00 cada
Direito Penal e Processual Penal	93 a 97	1,00 cada
Conhecimentos Gerais	98 a 100	1,00 cada



FAURGS

Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____





FAURGS
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

INSTRUÇÕES

- 1 Esta PROVA consta de **100** (cem) questões objetivas.
- 2 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 3 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 4 Os candidatos que comparecerem para realizar as Provas **não deverão portar** armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, **telefones celulares**, *pen drives*, chaves com alarmes de carro ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, mantas, lenços, aparelhos auriculares (à exceção de candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência auditiva, ou de candidato que solicitou atendimento especial), óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, sob pena de serem excluídos do Concurso.
- 5 É de inteira responsabilidade do candidato comparecer ao local de Prova munido de caneta esferográfica de tinta azul, de escrita grossa, para a adequada realização de sua prova. Não será permitido o uso de lápis, marca textos, lapiseira/grafite e/ou borracha durante a realização da Prova.
- 6 É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento da elipse, na FOLHA DE RESPOSTAS (Óptica), indicando o tipo de prova que realizou (1, 2, 3 ou 4).
- 7 Não será permitida qualquer espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de instrumentos de cálculo ou outros instrumentos eletrônicos.
- 8 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras.
- 9 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao fiscal da sala.
- 10 A duração da prova é de **cinco horas (5h)**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 11 O candidato somente poderá se retirar da sala de prova duas horas (2h) após o seu início.
- 12 O candidato que se retirar da sala de Prova, ao concluí-la, não poderá utilizar os sanitários das dependências do local de Prova.
- 13 Ao concluir a Prova Escrita, o candidato deverá devolver ao fiscal da sala a Folha de Respostas (Folha Óptica). Se assim não proceder, será excluído do Concurso.
- 14 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala das provas objetivas de seleção não poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, até que o derradeiro deles entregue sua prova, assinando o respectivo Termo.
- 15 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.



01. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre o Registro Civil das Pessoas Naturais na Lei nº 6.015/1973.

- (A) As sentenças declaratórias de ausência são objeto de averbação.
- (B) As sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento são objeto de registro.
- (C) As escrituras de adoção e os atos que as dissolvem são objeto de registro.
- (D) As sentenças que deferirem a legitimação adotiva são objeto de registro.

02. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre os Livros de Registro Civil, previstos na Lei nº 6.015/1973.

- (A) O registro de casamentos é feito no Livro A.
- (B) O registro de nascimentos é feito no Livro B.
- (C) O registro de óbitos é feito no Livro B Auxiliar.
- (D) O registro de proclama é feito no Livro D.

03. A respeito das regras sobre habilitação para o casamento, assinale a alternativa que preenche, nos termos da Lei nº 6.015/1973, a lacuna no trecho abaixo.

Decorrido o prazo de _____ dias a contar da afixação do edital em cartório, se não aparecer quem oponha impedimento nem constar algum dos que de ofício deva declarar, ou se tiver sido rejeitada impugnação do órgão do Ministério Público, o oficial do registro certificará a circunstância nos autos e entregará aos nubentes certidão de que estão habilitados para se casar dentro do prazo previsto em lei.

- (A) cinco (05)
- (B) dez (10)
- (C) quinze (15)
- (D) trinta (30)

04. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta com relação às regras da Lei nº 6.015/1973.

- (A) O prenome é definitivo, não sendo admitida a sua substituição.
- (B) O prenome é definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios.
- (C) A substituição do prenome é admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação do Ministro da Justiça.
- (D) A substituição do prenome é admitida em razão de suspeita de coação decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação do Ministro da Justiça.

05. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina do Registro Civil das Pessoas Naturais na Lei nº 6.015/1973.

- (A) Nenhum sepultamento pode ser feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou, em caso contrário, de quatro pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte.
- (B) Nenhum sepultamento pode ser feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou, em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte.
- (C) Nenhum sepultamento pode ser feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento, se houver no lugar, ou em vista de atestado de médico que tiver presenciado ou verificado a morte.
- (D) Nenhum sepultamento pode ser feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou, em caso contrário, de alvará judicial.

06. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito de retificações, restaurações e suprimentos, conforme previsto na Lei nº 6.015/1973.

- (A) Os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção podem ser corrigidos de ofício pelo oficial de registro no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de pagamento de selos e taxas, dispensada a manifestação do Ministério Público.
- (B) Os erros que exijam indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção podem ser corrigidos de ofício pelo oficial de registro no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, após manifestação conclusiva do Ministério Público.
- (C) Os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção poderão ser corrigidos de ofício pelo oficial de registro no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, após a comprovação do pagamento dos selos e taxas correspondentes.
- (D) O Ministério Público, entendendo que o pedido de retificação exige maior indagação, pode requerer ao juiz a distribuição dos autos a um dos cartórios da circunscrição, caso em que se processará a retificação, com assistência de advogado, observado o rito sumaríssimo.

07. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre registro de imóveis na Lei nº 6.015/1973.

- (A) A instituição de bem de família é objeto de averbação.
- (B) As hipotecas legais, judiciais e convencionais são objeto de averbação.
- (C) As servidões em geral são objeto de registro.
- (D) As servidões em geral são objeto de averbação.

08. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre a remissão de imóvel hipotecado, na Lei nº 6.015/1973.

- (A) Para remir o imóvel hipotecado, o adquirente requererá, no prazo legal, a citação dos credores hipotecários, propondo, para a remição, no mínimo, o preço por que adquiriu o imóvel.
- (B) Se o credor, citado, comparecer e impugnar o preço oferecido, o Juiz mandará promover a licitação entre os credores hipotecários e os fiadores, sendo vedada a participação do adquirente.
- (C) Se o devedor comparecer e quiser efetuar a remição, notificar-se-á o adquirente para receber o preço, ficando sem efeito o depósito realizado pelo credor.
- (D) Das sentenças que julgarem o pedido de remição, caberá o recurso de apelação somente no efeito devolutivo.

09. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre Cédula de Crédito Bancário.

- (A) A Cédula de Crédito Bancário é título de crédito emitido por instituição financeira ou por entidade a esta equiparada em favor de pessoa física ou jurídica.
- (B) A Cédula de Crédito Bancário é transferível mediante endosso em preto, devendo o endossatário ser instituição financeira ou entidade a ela equiparada.
- (C) A Cédula de Crédito Bancário poderá ser emitida, com ou sem garantia, real ou fidejussória, cedularmente constituída.
- (D) Na Cédula de Crédito Bancário, poderão ser pactuados juros sobre a dívida, vedada a capitalização.

10. No que se refere à disciplina sobre direito de superfície na Lei nº 10.257/2001, a concessão do direito de superfície

- (A) pode ser somente por tempo determinado.
- (B) pode ser por tempo determinado ou indeterminado.
- (C) somente pode ser gratuita.
- (D) somente pode ser onerosa.

11. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre a alienação fiduciária na Lei nº 9.514/97.

- (A) Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o fiduciário possuidor direto e o fiduciante possuidor indireto da coisa imóvel.
- (B) A alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, sendo privativa das entidades que operam no Sistema de Financiamento Imobiliário.
- (C) Vencida e não paga a dívida, no todo ou em parte, e constituído em mora o fiduciante, consolida-se a propriedade do imóvel em nome do fiduciário.
- (D) Purgada a mora no Registro de Imóveis, resolve-se o contrato de alienação fiduciária.

12. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre parcelamento do solo urbano na Lei nº 6.766/1979.

- (A) Considera-se lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
- (B) Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- (C) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- (D) Os Municípios com menos de cinco mil habitantes e aqueles cujo plano diretor contiver diretrizes de urbanização para a zona em que se situe o parcelamento poderão dispensar, por lei, a fase de fixação de diretrizes previstas nos arts. 6º e 7º da Lei nº 6.766/1979.

13. Assinale a alternativa que apresenta tipo de transcrição que deve ser feito no Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto na Lei nº 6.015/1973.

- (A) Transcrição das cédulas de crédito rural.
- (B) Transcrição dos contratos de penhor rural.
- (C) Transcrição da instituição de bem de família.
- (D) Transcrição do contrato de parceria agrícola.

14. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina do Registro de Títulos e Documentos prevista na Lei nº 6.015/1973.

- (A) Os documentos escritos em língua estrangeira não podem ser registrados no original, nem mesmo para o efeito da sua conservação ou perpetuidade.
- (B) Os documentos escritos em língua estrangeira produzem efeitos legais no País e valem contra terceiros, independentemente do registro da respectiva tradução.
- (C) As procurações lavradas em língua estrangeira produzem efeitos legais no País e valem contra terceiros, independentemente do registro da respectiva tradução.
- (D) Os títulos, documentos e papéis escritos em língua estrangeira, uma vez adotados os caracteres comuns, podem ser registrados no original, para o efeito da sua conservação ou perpetuidade.

15. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito dos livros de registro de títulos e documentos previstos na Lei nº 6.015/1973.

- (A) O Livro A destina-se à trasladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros.
- (B) O Livro A destina-se ao protocolo para apontamentos de todos os títulos, documentos e papéis apresentados, diariamente, para serem registrados ou averbados.
- (C) O Livro A destina-se à inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data.
- (D) O Livro A destina-se ao indicador pessoal, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial.

16. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina do registro de títulos e documentos prevista na Lei nº 6.015/1973.

- (A) Os títulos terão sempre um número diferente, segundo a ordem de apresentação, ainda que se refiram à mesma pessoa.
- (B) Os títulos terão sempre um número diferente, segundo a ordem de apresentação, exceto quando se referirem à mesma pessoa.
- (C) Quando o registro e a averbação não puderem ser imediatos, por acúmulo de serviço, o lançamento será feito no prazo estritamente necessário, dispensada, neste caso, a ordem da prenotação.
- (D) Onde terminar cada apontamento, será traçada uma linha diagonal, separando-o do anterior, sendo lavrado, no início do expediente diário, o termo de encerramento do próprio punho do oficial, por este datado e assinado.

17. Conforme a Lei nº 6.015/1973, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, são inscritos

- (A) os atos constitutivos das sociedades empresárias, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como os das cooperativas e das associações de utilidade pública.
- (B) os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.
- (C) os contratos das sociedades civis que adotarem a forma estabelecida na Lei das Sociedades Anônimas.
- (D) os atos constitutivos das sociedades de advogados.

18. Conforme a Lei nº 6.015/1973, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, são

- (A) registradas as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.
- (B) matriculadas as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.
- (C) matriculadas as oficinas impressoras de qualquer natureza pertencentes apenas a pessoas naturais.
- (D) matriculadas as oficinas impressoras de qualquer natureza pertencentes apenas a pessoas jurídicas.

19. Compete, com exclusividade, aos tabeliães de notas,

- (A) lavrar procurações privadas.
- (B) lavrar testamentos cerrados.
- (C) certificar a validade de atos administrativos.
- (D) autenticar cópias.

20. No que se refere às atribuições do notário, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) Aos notários é vedada a certificação digital de documentos eletrônicos.
- (B) Os notários podem certificar digitalmente documentos eletrônicos, desde que se submetam às diretrizes da infraestrutura de chaves públicas brasileira.
- (C) Os notários podem certificar digitalmente documentos eletrônicos apenas quando previamente autorizados pela Corregedoria-Geral da Justiça.
- (D) Os notários podem certificar digitalmente documentos eletrônicos apenas quando previamente autorizados pelo Conselho Nacional de Justiça.

21. No que se refere à elaboração de atos notariais, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) Na lavratura de atos notariais, inclusive os relativos a imóveis, além da identificação das partes, e daqueles expressamente determinados em Lei, poderá o tabelião exigir a apresentação de outros documentos que considerar necessários, desde que previamente justificadas as partes.
- (B) Uma vez lavrado o ato notarial, fica dispensado o tabelião de manter, em cartório, as certidões fiscais.
- (C) Uma vez lavrado o ato notarial, fica dispensado o tabelião de manter, em cartório, as certidões de propriedade e de ônus reais.
- (D) Ficam dispensadas, na escritura pública de imóveis urbanos, sua descrição e caracterização, desde que constem, estes elementos, da certidão do Cartório do Registro de Imóveis.

22. Aos notários substitutos podem ser atribuídos todos os atos próprios dos notários titulares, **EXCETO** lavrar

- (A) escrituras.
- (B) atas notariais.
- (C) testamentos.
- (D) procurações públicas.

23. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta requisito da escritura pública relativa a bem imóvel.

- (A) Anotação sobre o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e Direitos a eles relativos ou do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação, ou o reconhecimento da exoneração pela autoridade fazendária.
- (B) Laudo técnico, formado por engenheiro com regular inscrição no órgão de fiscalização e controle da atividade profissional, acerca da situação do bem.
- (C) Certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias relativas ao imóvel e a de ônus reais, expedidas pelo Registro de Imóveis competente, emitida dentro do prazo de trinta dias.
- (D) Prova de quitação das obrigações do alienante para com o respectivo condomínio, nas alienações e transferências de direitos de unidade ou declaração do alienante ou seu procurador, da inexistência de débitos, declaração esta que poderá ser substituída pela assunção expressa, por parte do adquirente, de eventuais débitos.

24. Ressalvado o imóvel situado em área considerada indispensável à segurança nacional, a aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira independe de autorização ou licença se tiver área não superior a

- (A) 5 (cinco) módulos.
- (B) 4 (quatro) módulos.
- (C) 3 (três) módulos.
- (D) 2 (dois) módulos.

25. Nas localidades onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos,

- (A) fica a cargo da parte interessada a livre escolha do Tabelionato.
- (B) caberá ao juiz da Comarca designar o Tabelionato oficial.
- (C) cada Tabelionato receberá atribuição sobre uma zona determinada da localidade, a ser feita pela Corregedoria-Geral de Justiça.
- (D) os títulos e documentos de dívida estarão sujeitos a prévia distribuição obrigatória.

26. Na generalidade dos casos, quando houver solicitação de certidão, o Tabelião de Protestos deverá expedir, em, no máximo,

- (A) 5 (cinco) dias úteis.
- (B) 5 (cinco) dias corridos.
- (C) 3 (três) dias úteis.
- (D) 3 (três) dias corridos.

27. Quem pode requerer a certidão de protesto não cancelado?

- (A) Qualquer interessado.
- (B) Apenas o credor.
- (C) Apenas o credor e o devedor principal.
- (D) Apenas o credor, o devedor principal e o avalista do título.

28. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta requisito do registro do protesto de título ou documento de dívida.

- (A) Comprovação da recusa do devedor em efetuar o pagamento.
- (B) Data e número de protocolização.
- (C) Nome do apresentante e seu endereço.
- (D) Reprodução ou transcrição do documento ou das indicações feitas pelo apresentante e declarações nele inseridas.

29. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da Prescrição no Código Civil.

- (A) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- (B) A renúncia da prescrição deve ser expressa, e só valerá, sendo feita, com prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir.
- (C) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- (D) A prescrição pode ser alegada, em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem prejudica.

30. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da Posse no Código Civil.

- (A) Considera-se possuidor todo aquele que tem de direito algum dos poderes inerentes à propriedade.
- (B) É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- (C) É justa a posse, se o possuidor ignora o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- (D) Salvo prova em contrário, entende-se manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida.

31. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina sobre Usucapião no Código Civil.

- (A) Aquele que, por cinco anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé.
- (B) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a vinte e cinco hectares adquirir-lhe-á a propriedade.
- (C) Aquele que exercer, por dois anos, ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (D) Aquele que exercer, por, no mínimo, cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 150m² (cento e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

32. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina do regime da comunhão parcial de bens no Código Civil.

- (A) Entram na comunhão os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão.
- (B) Entram na comunhão os bens de uso pessoal, os livros e instrumentos de profissão.
- (C) Entram na comunhão os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge.
- (D) Entram na comunhão os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges.

33. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina dos Títulos de Crédito no Código Civil.

- (A) A omissão de qualquer requisito legal que tire ao escrito a sua validade como título de crédito implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- (B) O título de crédito pode ser reivindicado do portador que o adquiriu de boa-fé e na conformidade das normas que disciplinam a sua circulação.
- (C) É vedado o aval parcial.
- (D) É nulo o aval posterior ao vencimento.

34. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina dos Títulos de Crédito à Ordem no Código Civil.

- (A) A transferência por endosso completa-se com a assinatura do endossante no título.
- (B) Com a morte ou a superveniente incapacidade do endossante, o endosso-mandato perde eficácia.
- (C) Aquele que paga o título não está obrigado a verificar a regularidade da série de endossos, mas sim a autenticidade das assinaturas.
- (D) A aquisição de título à ordem, por meio diverso do endosso, tem efeito de cessão civil.

35. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina das Sucessões no Código Civil.

- (A) A sucessão abre-se no lugar onde for registrado o óbito do autor da herança.
- (B) A herança defere-se como um todo unitário, salvo se forem vários os herdeiros.
- (C) Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da partilha.
- (D) É ineficaz a cessão, pelo co-herdeiro, de seu direito hereditário sobre qualquer bem da herança considerado singularmente.

36. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta em relação às regras previstas na Lei nº 8.069/90.

- (A) Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- (B) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, preferencialmente admissível na modalidade de adoção.
- (C) O adotante há de ser, pelo menos, quatorze anos mais velho do que o adotando.
- (D) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

37. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta em relação às regras previstas na Lei nº 8.069/90.

- (A) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nessa Lei.
- (B) O Conselho Tutelar é composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- (C) O Conselho Tutelar é composto de 4 (quatro) membros, escolhidos pela população local para mandato de 5 (cinco) anos, permitida 1 (uma) recondução.
- (D) O Conselho Tutelar é composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 5 (cinco) anos, vedada a recondução.

38. Os pródigos

- (A) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (B) são capazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (C) somente são capazes de exercer os atos da vida civil quando assistidos por seu representante.
- (D) são incapazes, relativamente a certos atos da vida civil, ou à maneira de os exercer.

39. A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa

- (A) com a aprovação do estatuto social.
- (B) com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.
- (C) com a aprovação da lei autorizativa da sua constituição.
- (D) com a concessão do alvará pelo Poder Público.

40. É nulo o negócio jurídico onde ocorra

- (A) lesão.
- (B) dolo.
- (C) erro.
- (D) simulação.

41. Em uma relação jurídica vitalícia, a morte da parte a quem se dirige a vitaliciedade é

- (A) condição.
- (B) termo.
- (C) encargo.
- (D) fato que não pode constar de cláusula contratual, por proibição legal.

- 42.** Quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, ocorre
- (A) a lesão.
 - (B) o estado de perigo.
 - (C) o dolo, na sua forma subjetiva.
 - (D) o erro.
- 43.** Nas obrigações alternativas, se outra coisa não se estipular, a escolha
- (A) cabe ao juiz.
 - (B) não pode ser atribuída a terceiro.
 - (C) cabe ao credor.
 - (D) cabe ao devedor.
- 44.** Na solidariedade passiva, impossibilitando-se a prestação por culpa exclusiva de um dos devedores,
- (A) subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, mas pelas perdas e danos só responde o culpado.
 - (B) subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, mais as perdas e danos.
 - (C) somente o devedor culpado responde pelo pagamento do equivalente, mas pelas perdas e danos respondem todos os devedores.
 - (D) somente o devedor culpado responde pelo pagamento do equivalente, mais as perdas e danos.
- 45.** Assinale a afirmativa correta quanto à participação de terceiros em relações negociais.
- (A) O que estipula em favor de terceiro não pode exigir o cumprimento da obrigação.
 - (B) Na estipulação em favor de terceiro, se ao terceiro, em favor de quem se fez o contrato, se deixar o direito de reclamar-lhe a execução, ainda assim poderá o estipulante exonerar o devedor.
 - (C) Aquele que tiver prometido fato de terceiro responderá por perdas e danos quando este não o executar.
 - (D) Na estipulação em favor de terceiro, o estipulante não pode reservar-se o direito de substituir o terceiro designado no contrato.
- 46.** Assinale a afirmativa correta em relação a contratos de compra e venda.
- (A) Na compra e venda, salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas da escritura e do registro a cargo do vendedor, e a cargo do comprador as da tradição.
 - (B) Na compra e venda, é lícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.
 - (C) No contrato de compra e venda, é válida a cláusula que deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
 - (D) Na compra e venda, até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do comprador, e os do preço por conta do vendedor.
- 47.** Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina das sociedades em comum no Código Civil.
- (A) A sociedade adquire personalidade jurídica com a assinatura de seus atos constitutivos.
 - (B) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, a sociedade se rege pelas normas da sociedade simples e subsidiariamente pelas normas da sociedade em comum.
 - (C) Os sócios da sociedade em comum respondem solidária e limitadamente pelas obrigações sociais.
 - (D) Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
- 48.** Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina das sociedades no Código Civil.
- (A) Na sociedade em conta de participação, somente o sócio ostensivo obriga-se perante terceiro.
 - (B) A constituição da sociedade em conta de participação depende de formalidades e pode ser provada somente por escrito.
 - (C) A inscrição do instrumento constitutivo da sociedade em conta de participação em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.
 - (D) Na sociedade em conta de participação, o sócio participante não pode tomar parte nas relações do sócio ostensivo com terceiros, sob pena de responder subsidiariamente com este pelas obrigações em que intervier.

49. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da sociedade simples no Código Civil.

- (A) Nos dez dias subsequentes à sua constituição, a sociedade deverá requerer a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
- (B) A modificação da denominação da sociedade depende do consentimento de todos os sócios.
- (C) As obrigações dos sócios começam a partir do registro do contrato e terminam quando liquidada a sociedade.
- (D) A cessão de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, terá eficácia perante a sociedade.

50. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da sociedade simples no Código Civil.

- (A) Os herdeiros do cônjuge de sócio, ou o cônjuge do que se separou judicialmente, podem exigir, desde logo, a parte que lhes couber na quota social, bem como concorrer à divisão periódica dos lucros, até que se liquide a sociedade.
- (B) Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de trinta dias; se de prazo determinado, alegando justa causa.
- (C) O sócio pode ser excluído judicialmente, mediante iniciativa de qualquer outro sócio, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente.
- (D) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberem, conhecendo ou devendo conhecer-lhes a ilegitimidade.

51. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina das sociedades simples no Código Civil.

- (A) São irrevogáveis os poderes do sócio investido na administração por cláusula expressa do contrato social, salvo justa causa, reconhecida extrajudicialmente a pedido de, no mínimo, dois terços dos sócios.
- (B) O credor particular de sócio não pode, na insuficiência de outros bens do devedor, fazer recair a execução sobre o que a este couber nos lucros da sociedade.
- (C) Os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais.
- (D) O sócio admitido em sociedade já constituída exime-se das dívidas sociais anteriores à admissão.

52. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da sociedade limitada no Código Civil.

- (A) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- (B) A sociedade limitada rege-se supletivamente pelas normas da sociedade em nome coletivo.
- (C) O contrato social não poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- (D) No contrato da sociedade limitada, é vedada a adoção de firma social.

53. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da sociedade limitada no Código Civil.

- (A) A quota é indivisível em relação à sociedade, mesmo para efeito de transferência.
- (B) No caso de condomínio de quota, os direitos a ela inerentes podem ser exercidos por qualquer condômino.
- (C) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros sócios.
- (D) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota a quem seja sócio, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.

54. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da sociedade limitada no Código Civil.

- (A) É obrigatória a instituição de conselho fiscal composto de, pelo menos, dois membros e respectivos suplentes.
- (B) É facultativa a instituição de conselho fiscal composto de dois membros e respectivos suplentes.
- (C) É obrigatória a instituição de conselho fiscal composto de três membros e respectivos suplentes.
- (D) É facultativa a instituição de conselho fiscal composto de três ou mais membros e respectivos suplentes.

55. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito da disciplina da empresa individual de responsabilidade limitada no Código Civil.

- (A) O capital social mínimo é de 20 (vinte) vezes o salário-mínimo vigente no País.
- (B) O capital social mínimo é de 25 (vinte e cinco) vezes o salário-mínimo vigente no País.
- (C) O capital social mínimo é de 50 (cinquenta) vezes o salário-mínimo vigente no País.
- (D) O capital social mínimo é de 100 (cem) vezes o salário-mínimo vigente no País.

56. Estrutura e Acabamento Materiais de Construção LTDA, sociedade empresária regularmente constituída e inscrita no órgão competente desde o ano de 2007, possui, como objeto social, a fabricação e comercialização de materiais de construção civil. No caso de os sócios da referida sociedade decidirem, por unanimidade, realizar o trespasse do estabelecimento empresarial para terceiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) O trespasse produzirá efeitos relativamente a terceiros a partir da celebração do contrato de cessão do estabelecimento.
- (B) Independentemente de a sociedade Estrutura e Acabamento Materiais de Construção LTDA possuir bens suficientes para arcar com as obrigações por ela assumidas antes do trespasse, é indispensável, para sua realização, a autorização, de modo expresso ou tácito, dos credores existentes à época, no prazo de trinta dias a partir da notificação destes.
- (C) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da celebração do contrato de transferência do estabelecimento, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.
- (D) O contrato de cessão do estabelecimento produz efeitos em relação a terceiros após sua averbação à margem da inscrição da sociedade no órgão do Registro Público de Empresas competente e sua publicação na imprensa oficial.

57. Assinale a alternativa que contém afirmativa **INCORRETA** quanto ao empresário ou ao estabelecimento empresarial.

- (A) A exploração profissional de atividade econômica de natureza literária com o intuito de lucro é, por si só, suficiente para caracterizar o sujeito que a exerce como empresário.
- (B) De modo geral, entende-se como organizada a atividade em que o empresário realiza a articulação dos seguintes fatores de produção: capital, mão de obra, insumos e tecnologia.
- (C) O contrato de compra e venda do complexo de bens materiais ou imateriais, organizado para o exercício da atividade econômica ou da empresa, denomina-se trespasse, e não se confunde com a cessão de quotas sociais e com a alienação de controle de sociedade anônima.
- (D) Caso um empresário individual se torne, após iniciar sua atividade, absolutamente incapaz, basta que ele seja devidamente representado para que esta atividade tenha continuidade.

58. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta quanto ao registro público do empresário.

- (A) O arquivamento é ato submetido à decisão colegiada no âmbito do Registro Público de Empresas.
- (B) Incumbe às juntas comerciais, em seu conjunto, estabelecer e consolidar as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas.
- (C) No âmbito das Juntas Comerciais, o Pedido de Reconsideração é cabível para o fim de obter a revisão de despachos, singulares ou do Plenário, que formulem exigências para o deferimento do arquivamento e será apresentado no prazo para cumprimento da exigência para apreciação pela autoridade recorrida em 3 (três) dias úteis ou 5 (cinco) dias úteis, respectivamente.
- (D) De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro vigente, o arquivamento dos livros empresariais é um dos atos praticados pelo Registro Público de Empresas.

59. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta quanto ao nome empresarial e ao registro público do empresário.

- (A) Os processos de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual, bem como qualquer exigência para o início de seu funcionamento, deverão ter trâmite especial e simplificado, preferentemente eletrônico, opcional para o empreendedor, na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.
- (B) A sociedade anônima pode adotar denominação designativa do objeto social como nome empresarial, devidamente integrada pelas expressões "sociedade anônima" (ao final), ou "companhia" (no início), por extenso ou abreviadamente.
- (C) A utilização de firma é obrigatória para o empresário individual e para sociedade em comandita por ações.
- (D) A sociedade em comandita por ações pode, em lugar de firma, adotar denominação designativa do objeto social, aditada da expressão "comandita por ações".

60. Assinale a alternativa que contém afirmativa **INCORRETA** quanto ao regime jurídico do estabelecimento empresarial.

- (A) Em matéria de nome empresarial, não são exclusivas, para fins de proteção, palavras ou expressões que denotem termos técnicos, científicos, literários e artísticos do vernáculo nacional ou estrangeiro.
- (B) O princípio da veracidade garante, ao primeiro a registrar o nome empresarial, o direito de utilizá-lo, impedindo que terceiros o façam sem o seu consentimento.
- (C) A proteção ao nome empresarial decorre, automaticamente, do ato de inscrição de empresário ou do arquivamento de ato constitutivo de sociedade empresária, bem como de sua alteração nesse sentido, e circunscreve-se à unidade federativa de jurisdição da junta comercial que o tiver procedido.
- (D) Caso o estabelecimento empresarial venha a ser alienado, o adquirente pode utilizar o nome do alienante, observados os seguintes requisitos: o contrato deve permitir a utilização do nome do alienante pelo adquirente; o nome do alienante deve ser precedido do nome do adquirente; e deve constar a qualificação do adquirente na condição de sucessor do alienante.

61. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta quanto aos livros empresariais.

- (A) Atualmente, os livros empresariais possuem as funções administrativa, documental e fiscal, sendo o Diário e Livro de Registro de Duplicatas os únicos livros empresariais comuns obrigatórios.
- (B) O arquivamento do contrato social de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada perante a Junta Comercial competente, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias contados de sua assinatura, produzirá eficácia retroativa.
- (C) Há, contra o empresário, uma presunção relativa decorrente de sua escrituração, a qual admite prova em contrário a ser produzida pelo próprio empresário, por qualquer meio admitido em direito.
- (D) O Livro de Registro de Duplicatas é um exemplo de livro empresarial facultativo.

62. Assinale a alternativa que contém afirmativa **INCORRETA** sobre a arbitragem no Direito Brasileiro.

- (A) A decisão arbitral proferida por entidade não eleita pelas partes afigura-se nula de pleno direito, possibilitando a interferência do Poder Judiciário para desconstituí-la, mediante requerimento da parte prejudicada.
- (B) A convenção de arbitragem é uma das espécies de compromisso arbitral.
- (C) Nos contratos de adesão, a cláusula compromissória terá eficácia somente se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem ou concordar, expressamente, com a sua instituição, desde que por escrito em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula.
- (D) É possível a utilização de regulamentos corporativos como direito aplicável em um processo arbitral.

63. No que diz respeito ao Direito Empresarial e ao estabelecimento e livros empresariais, assinale a alternativa que contém a afirmativa correta.

- (A) Não é possível excluir os bens incorpóreos utilizados pelo empresário na consecução de sua atividade da noção de estabelecimento empresarial.
- (B) Segundo a teoria dos "Perfis de Empresa", desenvolvida pelo jurista italiano Alberto Asquini e amplamente difundida no Direito Brasileiro, a noção de empresa, analisada sob o prisma do chamado "Perfil Objetivo", é identificada com a atividade empresarial propriamente dita.
- (C) A "Teoria dos Atos de Comércio" encontrou posição expressa no Código Comercial Brasileiro de 1850.
- (D) A exibição total dos livros empresariais não é admitida, nem mesmo por determinação judicial, na análise de questões envolvendo administração ou gestão à conta de outrem.

64. Assinale a alternativa que contém afirmativa **INCORRETA** quanto à arbitragem no Direito Brasileiro.

- (A) A cláusula compromissória inserida em determinado contrato não possui caráter acessório a esse, de modo que a nulidade do contrato implicará a nulidade da referida cláusula.
- (B) A instituição da arbitragem interrompe a prescrição, retroagindo à data do requerimento de sua instauração, ainda que extinta a arbitragem por ausência de jurisdição.
- (C) Instituída a arbitragem, caberá aos árbitros manter, modificar ou revogar a medida cautelar ou de urgência concedida pelo Poder Judiciário.
- (D) Os árbitros poderão não proferir sentenças parciais.

65. Compete ao Congresso Nacional, no exercício do controle da Administração Pública,

- (A) emitir parecer prévio sobre as contas do Presidente da República.
- (B) julgar, anualmente, as contas do Presidente da República.
- (C) julgar as contas de todos os administradores públicos.
- (D) apreciar os atos de admissão de pessoal, concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

66. Pelo princípio da oficialidade, aplicado ao processo administrativo, fica estabelecido que

- (A) a Administração tem poder para instaurar o processo administrativo *ex officio*.
- (B) a Administração só pode instaurar o processo administrativo mediante provocação do administrado.
- (C) os atos da Administração têm presunção de legitimidade.
- (D) as decisões administrativas, uma vez proferidas, não podem ser objeto de recurso ou revisão.

67. Quanto à destinação, o prédio onde funciona o Tribunal de Justiça do Estado é classificado como

- (A) bem de uso especial.
- (B) bem dominical.
- (C) bem de uso comum do povo.
- (D) bem disponível.

68. Conforme o estabelecido na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o princípio da segurança jurídica

- (A) proíbe a revisão das decisões proferidas pela Administração Pública no âmbito dos processos administrativos disciplinares.
- (B) proíbe a Administração de anular, a qualquer tempo, os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários.
- (C) proíbe a aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa.
- (D) permite a aplicação retroativa de nova interpretação, conforme critérios discricionários do administrador público.

69. Havendo disponibilidade de horários, um servidor público pode acumular, remuneradamente,

- (A) um cargo de enfermeiro no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul com outro cargo de enfermeiro no Hospital de Pronto-Socorro Municipal de Porto Alegre.
- (B) um cargo de fiscal de tributos estaduais com outro de auditor fiscal da Receita Federal do Brasil.
- (C) um cargo de Procurador da União com outro de advogado do Banco do Brasil S/A.
- (D) um cargo de Delegado de Polícia Estadual e outro de Delegado da Polícia Federal.

70. Assinale a alternativa que contém a afirmação correta sobre a alteração do contrato administrativo.

- (A) O contrato administrativo, por acordo das partes, pode sofrer alterações quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- (B) Em razão do princípio da moralidade, o contrato administrativo só pode sofrer alterações quantitativas.
- (C) Em razão do princípio da continuidade do serviço público, o contrato administrativo só pode sofrer alterações qualitativas.
- (D) Em razão do princípio da legalidade, o contrato administrativo não pode sofrer alterações.

71. Assinale a alternativa que contém a afirmação correta sobre o processo administrativo.

- (A) O recurso administrativo terá sempre efeito suspensivo.
- (B) O recurso administrativo nunca terá efeito suspensivo.
- (C) O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.
- (D) Dirigido o recurso à autoridade que proferiu a decisão, é vedada, em qualquer hipótese, a reconsideração.

Instrução: As questões 72 a 78 referem-se à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

72. Tendo em vista as normas previstas sob o Título *Dos Princípios Fundamentais*, assinale a alternativa que contém assertiva correta.

- (A) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o repúdio ao racismo e a prevalência dos direitos humanos constam entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (B) A independência nacional constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, e a erradicação da pobreza corresponde a um dos objetivos fundamentais da mesma.
- (C) A defesa da paz está entre os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, mas a não intervenção não consta entre esses princípios.
- (D) A garantia do desenvolvimento nacional constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, assim como a redução das desigualdades sociais e regionais.

73. Levando em consideração o artigo 206, constante sob o Título *Da Ordem Social*, assinale a alternativa que **NÃO** contém princípio que deve pautar o ensino.

- (A) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento.
- (B) Gratuidade do ensino público em estabelecimentos não oficiais.
- (C) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- (D) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

74. Quanto aos remédios constitucionais previstos no artigo 5º, constante sob o Título *Dos Direitos e Garantias Fundamentais*, assinale a alternativa que contém assertiva correta.

- (A) O *habeas corpus* visa a proteger o indivíduo de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, e o *habeas data* visa a proteger o indivíduo impedido de exercer direitos e liberdades constitucionais em razão da falta de norma regulamentadora.
- (B) A ação popular é cabível para anular ato lesivo ao patrimônio público, e o mandado de segurança é cabível para proteger direito líquido e certo não amparado por mandado de injunção e por *habeas data*.
- (C) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical e por entidade de classe em defesa dos interesses de seus membros ou associados ou, ainda, por partido político com representação no Congresso Nacional.
- (D) O *habeas data* assegura o exercício de prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania quando não for possível exercê-las pela falta de norma regulamentadora, e a ação popular permite a anulação de ato lesivo à moralidade administrativa.

75. Sobre os atos normativos e seus respectivos processos legislativos, de acordo com os artigos 59 a 69, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer antes de serem apreciadas, em sessão conjunta, pelo Congresso Nacional.
- (B) A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos presentes na sessão.
- (C) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (D) O projeto de lei aprovado por uma Casa do Congresso Nacional será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, devendo voltar à Casa iniciadora, se a Casa revisora o rejeitar.

76. Quanto ao Estado de Defesa e ao Estado de Sítio, disciplinados sob o Título *Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas*, assinale a alternativa que contém assertiva **INCORRETA**.

- (A) O Presidente da República deve ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional previamente à decretação do Estado de Defesa e do Estado de Sítio.
- (B) O Estado de Defesa exige autorização prévia do Congresso Nacional para sua decretação, enquanto que o Estado de Sítio exige comunicação posterior à sua decretação.
- (C) A Mesa do Congresso Nacional designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao Estado de Defesa e ao Estado de Sítio.
- (D) O tempo de duração do Estado de Defesa não será superior a 30 dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

77. Tendo em vista a redação do artigo 22, assinale a alternativa que contém uma competência legislativa privativa da União.

- (A) Estabelecer diretrizes e bases da educação nacional.
- (B) Instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.
- (C) Instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano.
- (D) Estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação.

78. O Estatuto da Magistratura deve observar determinados princípios previstos no artigo 93, constante sob o Título *Da Organização dos Poderes*. À luz de tais princípios, assinale a alternativa que contém assertiva correta.

- (A) O ato de remoção do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria simples do respectivo tribunal e do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- (B) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e serão fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo o juiz, independentemente de lei, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes.
- (C) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo permitidas férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, com juízes em plantão permanente.
- (D) Nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, provendo-se metade das vagas por antiguidade.

79. O autor, menor impúbere, representado por sua mãe, ajuizou ação ordinária visando à reparação de supostos danos morais causados por ofensas raciais que lhe teriam sido dirigidas por seu próprio pai. Isso posto, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) Permite-se a qualquer tempo o aditamento da inicial para inclusão do pedido de danos materiais, desde que o réu seja intimado para responder ao novo pedido no prazo de 15 dias.
- (B) Constatando a irregularidade da representação do autor, deve o juiz, necessariamente, intimar o advogado do autor para regularizar a situação no prazo de 15 dias.
- (C) Constatando o juiz que os interesses do autor colidem com os interesses de sua representante legal, deve o juiz nomear a ele curador especial.
- (D) Falecendo o menor no curso do processo, deve o juiz extinguir o processo sem resolução do mérito, em virtude da intransmissibilidade da ação.

80. Um consumidor promove ação contra o comerciante e o fabricante de um produto durável, alegando ter sofrido danos por conta de suposto fato do produto. Tratava-se de produto não perecível, vendido pelo comerciante alguns meses antes, com identificação clara do fabricante. Ao sanear o processo, deve o magistrado

- (A) manter no polo passivo o fabricante, mas não o comerciante, que não é parte passiva legítima para responder tal ação.
- (B) manter no polo passivo o comerciante, mas não o fabricante, que não é parte passiva legítima para responder tal ação.
- (C) manter ambos, comerciante e fabricante, no polo passivo, uma vez que esses, em tese, respondem solidariamente por fatos do produto, podendo o comerciante, em ação de regresso posterior contra o fabricante, recuperar o que vier eventualmente a pagar ao consumidor.
- (D) manter ambos, comerciante e fabricante, no polo passivo, uma vez que esses, em tese, respondem solidariamente por fatos do produto, não podendo o comerciante, em ação de regresso posterior contra o fabricante, recuperar o que vier eventualmente a pagar ao consumidor.

81. Durante audiência de instrução e julgamento, em ação indenizatória de danos materiais e morais supostamente causados em atropelamento, passa-se à oitiva de testemunha previamente arrolada nos termos da lei, um médico que fizera o primeiro atendimento do autor, no dia do acidente. Nesse caso,

- (A) mesmo tendo presenciado os fatos, devido aos seus conhecimentos técnicos específicos, o médico em questão somente poderia ser ouvido na condição de perito.
- (B) o médico deverá depor sobre os fatos que presenciou, podendo ser considerado suspeito se tiver sido condenado por crime de falso testemunho, com decisão transitada em julgado.
- (C) a parte não poderá gravar a inquirição da testemunha, salvo com autorização judicial específica, que deverá ser postulada em até 24 horas do início da audiência.
- (D) mesmo que o autor da ação autorize por escrito a quebra de sigilo, o médico não poderá depor sobre fatos que tiver conhecido no exercício da profissão, devendo escusar-se de responder às perguntas formuladas.

82. O autor, vítima de atropelamento, ingressa com demanda pleiteando indenização por danos materiais. Entretanto, considerando não ser possível determinar, no momento da propositura, de modo definitivo, as consequências do ato ou fato ilícito, requer o demandante que a sentença seja ilíquida e seguida de fase de liquidação. A demanda, após regular tramitação, é julgada procedente, determinando o magistrado, na sentença, que se realize a liquidação por arbitramento, apesar de considerar a desnecessidade de conhecimentos técnicos especializados para a liquidação. Após o trânsito em julgado, o autor requer a liquidação por artigos. Isso posto, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) A liquidação deve ocorrer por arbitramento, considerando que essa foi a modalidade determinada pela sentença e que a opção por tal modalidade resta protegida pela coisa julgada.
- (B) A liquidação deve ocorrer por artigos, considerando que, para ocorrer por arbitramento, a parte autora teria que ter indicado quesitos e assistente técnico na petição inicial da ação.
- (C) A liquidação deve ocorrer por arbitramento, considerando que não há autorização legal, nesse caso, para pedidos genéricos.
- (D) A liquidação deve ocorrer por artigos, considerando o pedido genérico, expressamente autorizado por lei, a necessidade de prova de fatos novos e a ausência de coisa julgada sobre a forma de liquidação.

83. João e Maria são casados pelo regime de comunhão parcial de bens. Pedro propõe ação em face de João e obtém sentença de procedência. Em seguida ao trânsito em julgado, Pedro pede, nos próprios autos, o cumprimento de sentença, vindo a ser penhorada casa de veraneio de João e Maria. Inconformada com a penhora, Maria procura advogado para requerer judicialmente o levantamento da restrição em relação à sua parte no imóvel. Sobre tal situação, pode-se afirmar que

- (A) serão cabíveis embargos de terceiro, caso Maria pretenda alegar excesso de execução.
- (B) serão cabíveis embargos de terceiro, caso Maria pretenda alegar que seu patrimônio não responde pela dívida contraída por João.
- (C) será cabível impugnação ao cumprimento de sentença, caso Maria pretenda alegar que seu patrimônio não responde pela dívida contraída por João.
- (D) será cabível impugnação ao cumprimento de sentença, que será conhecida somente se Maria oferecer garantia suficiente ao juízo.

84. O autor ingressa com demanda cautelar de arresto, alegando que o réu, devedor sem domicílio certo, teria deixado de pagar a obrigação no prazo estipulado. Nesse caso, é correto afirmar que,

- (A) respeitados os requisitos legais, a medida cautelar conservará sua eficácia na pendência da ação principal, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- (B) cessando a eficácia da medida cautelar, pode a parte repetir o pedido formulado, mesmo que não existam novos fundamentos para tanto.
- (C) havendo propositura de ação principal, os autos dessa e da ação cautelar não poderão ser apensados, a fim de que seja resguardada, ao magistrado, a possibilidade de julgar ambas as demandas em sentido diverso.
- (D) se for reconhecida a prescrição na ação cautelar, o requerente deverá ser condenado a reparar os prejuízos que a execução da medida tiver causado ao requerido, mas a indenização não poderá ser liquidada nos autos da própria ação cautelar.

85. O impetrante, com 50 anos de idade, ajuizou mandado de segurança para obter deferimento de sua inscrição em concurso público para provimento de vaga em cujo edital constava limitação à idade do candidato, que deveria ter, no máximo, 35 anos. Isso posto, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) É cabível mandado de segurança, mesmo se a questão do limite de idade para inscrição em concurso público já tiver sido decidida por sentença judicial com trânsito em julgado.
- (B) Não é necessário que o juiz dê ciência do ajuizamento do mandado de segurança à pessoa jurídica de direito público interessada, pois tal providência compete exclusivamente à autoridade apontada como coatora.
- (C) A autoridade coatora não detém legitimidade para recorrer da sentença que haja deferido a inscrição no mencionado concurso, pois tal legitimidade pertence exclusivamente à pessoa jurídica de direito público responsável pela realização do concurso.
- (D) Caso o juiz entenda que o direito alegado pelo impetrante somente possa ser demonstrado por meio de prova pericial, deverá extinguir o processo, sem resolução do mérito, podendo o impetrante ajuizar ação ordinária para postular a tutela desse direito.

86. No que se refere à imunidade tributária, assinale a alternativa que contém afirmativa correta, considerando a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal.

- (A) A imunidade dos livros, jornais e periódicos possui dimensão subjetiva, afastando a incidência de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços da pessoa, física ou jurídica, que produzi-los ou comercializá-los.
- (B) A imunidade tributária recíproca se aplica aos tributos em geral, evidenciando que um ente político não pode exigir tributos de outro.
- (C) As entidades educacionais imunes não têm de comprovar, no momento da aquisição de terreno, que destinarão o imóvel para a promoção das suas finalidades essenciais, a fim de que seja dispensada a cobrança do ITBI.
- (D) A alienação de produtos industrializados a entes imunes não pode sofrer a incidência de impostos.

87. No que se refere à decadência e à prescrição do crédito tributário, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) A decadência, diversamente da prescrição, implica a extinção do crédito tributário.
- (B) O parcelamento interrompe o prazo prescricional para a cobrança do crédito tributário, que, segundo o entendimento prevalecente no Superior Tribunal de Justiça, recomeça a correr a partir da data do inadimplemento do acordo.
- (C) Quando se verifica declaração a menor, com pagamento integral do valor declarado, em tributos sujeitos a lançamento por homologação, a decadência do direito de o Fisco proceder ao lançamento de ofício da diferença ocorre cinco anos após a data do pagamento antecipado.
- (D) Anulado, por vício material, o lançamento anteriormente efetuado, reabre-se novo prazo quinquenal para a realização do lançamento.

88. No que se refere à legislação tributária, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) Leis expressamente interpretativas não podem ser aplicadas a atos ou fatos pretéritos se contrariarem orientação favorável aos contribuintes já firmada pelos Tribunais Superiores.
- (B) Os conceitos utilizados pela Constituição da República para outorgar competência impositiva podem ser alterados pelo legislador do ente político que a titularizar, dada a sua autonomia tributária e financeira.
- (C) O Código Tributário Nacional admite a utilização da analogia para a aplicação das hipóteses de incidência tributária a fatos juridicamente semelhantes àqueles por elas previstos, com vistas à promoção da igualdade.
- (D) O legislador ordinário pode estabelecer que multa tributária menos gravosa somente se aplique a fatos futuros.

89. No que se refere à responsabilidade tributária, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) Os créditos relativos ao IPTU sub-rogam-se na pessoa dos adquirentes e arrematantes, salvo quando conste do título a prova da sua quitação.
- (B) Empresa que adquirir estabelecimento comercial de outra e continuar a respectiva exploração responde pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, mas não por aqueles que, malgrado sejam pertinentes a obrigações surgidas até então, somente tenham sido constituídos posteriormente.
- (C) De acordo com a legislação pertinente, as empresas integrantes de grupos econômicos respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações previdenciárias.
- (D) O mero encerramento de fato das atividades da empresa, sem a baixa formal, não autoriza a responsabilização tributária dos sócios que a administraram tanto no período dos fatos geradores quanto no período da dissolução.

90. No que se refere aos impostos sobre o patrimônio imobiliário, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) Não se sujeita ao IPTU, mas ao ITR, o imóvel que, embora situado na zona urbana, comprovadamente seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.
- (B) O lançamento do ITR não ocorre por homologação, mas de ofício.
- (C) A base de cálculo do ITR compreende as construções e as pastagens cultivadas.
- (D) As alíquotas do ITR variam entre 1% e 25%, conforme a área total e o grau de utilização do imóvel.

91. No que se refere aos impostos sobre a transmissão de bens e direitos, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) Aplica-se a alíquota do ITCD vigente no momento da avaliação dos bens deixados pelo *de cujus*.
- (B) O STF declarou a inconstitucionalidade da progressividade do ITCD, dado o seu caráter real, na esteira da jurisprudência firmada quanto à progressividade do IPTU e do ITBI.
- (C) Quando houver desigualdade nos valores partilhados, afigura-se legítima a cobrança do cognominado "imposto de reposição".
- (D) No Estado do Rio Grande do Sul, débitos do *de cujus* não podem ser abatidos na determinação da base de cálculo do ITCD.

92. No que se refere ao ITBI, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) De competência dos Municípios, o imposto incide sobre todas as transmissões *inter vivos*, a qualquer título, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como sobre cessão de direitos a sua aquisição.
- (B) Incide sobre o valor venal do imóvel, no momento da lavratura da escritura de compra e venda, inclusive sobre as benfeitorias porventura realizadas até tal momento pelo adquirente.
- (C) Não incide sobre a transmissão de bens imóveis para integralização de capital subscrito em empresas dedicadas à venda e à locação da propriedade imobiliária.
- (D) Não pode ter alíquotas variáveis em função do valor venal do imóvel.

93. Acerca dos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) Com relação ao crime de furto praticado durante o repouso noturno, a causa de aumento de pena poderá incidir no furto simples e no furto qualificado.
- (B) De acordo com entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, há crime de latrocínio tentado quando o homicídio se consuma sem que haja a subtração dos bens da vítima pelo agente, por circunstâncias alheias à sua vontade.
- (C) Casos de subtração de coisa alheia móvel em que o autor usa arma de brinquedo idêntica a arma de fogo verdadeira para coagir a vítima a entregar o bem são considerados roubo majorado pelo emprego de arma.
- (D) No crime de estelionato, o emprego da fraude deve ser anterior à obtenção da vantagem ilícita.

94. Acerca dos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- (A) Conduzido que oferece ao delegado de polícia determinada quantia em dinheiro para que este deixe de lavrar o auto de prisão em flagrante comete o crime de corrupção passiva.
- (B) Funcionário público que concorreu culposamente para a apropriação de dinheiro proveniente dos cofres públicos, mas restituiu os valores após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, terá sua punibilidade extinta.
- (C) Funcionário público que, tendo constatado que "W" sonegava impostos e, antes de efetivar a autuação, colocou faixas na porta do estabelecimento comercial de "W" com os seguintes escritos: *estou sendo autuado por sonegação de impostos*, praticou o crime de excesso de exação.
- (D) Comete o crime de corrupção ativa o particular que paga vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

95. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa que contém afirmativa correta sobre penas privativas de liberdade e restritivas de direitos.

- (A) A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando houver o descumprimento injustificado da restrição imposta, sem o desconto do tempo cumprido da pena substitutiva.
- (B) A reincidência é causa impeditiva para a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- (C) A substituição da pena privativa de liberdade por prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas somente poderá ocorrer nas condenações superiores a seis meses.
- (D) Se o acusado for condenado a pena de multa e frustrar o pagamento, o juiz, se houver pedido do Ministério Público, poderá convertê-la em pena privativa de liberdade.

96. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta sobre o crime de sonegação fiscal, inscrito no artigo 1º da Lei nº 8.137/90.

- (A) O parcelamento do débito tributário é causa de extinção da pretensão punitiva, desde que realizado em momento anterior ao oferecimento da denúncia.
- (B) Segundo a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, não se tipifica o crime de sonegação fiscal antes do lançamento definitivo do tributo.
- (C) Segundo entendimento pacificado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, considera-se como "grave dano à coletividade", para fins de aplicação da causa majorante de pena inscrita no inciso I do seu artigo 12, apenas as hipóteses em que o valor total da sonegação fiscal for igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
- (D) Em face da natureza formal da conduta, considera-se que a consumação do delito ocorre no momento em que o agente presta declarações inverídicas à autoridade fazendária, ainda que esteja em discussão, na esfera administrativa, a efetiva exigibilidade do tributo.

97. Assinale a alternativa que contém afirmativa correta sobre o inquérito policial.

- (A) Após a instauração formal do inquérito, a autoridade policial não poderá determinar o seu arquivamento, sendo essa competência exclusiva do juiz, que poderá assim proceder apenas em caso de solicitação expressa do representante do Ministério Público.
- (B) No curso do inquérito policial, a legislação atualmente em vigor não reconhece o direito de petição do indiciado, haja vista a natureza inquisitória de tal procedimento.
- (C) A lei processual penal retroage em benefício do acusado, impondo a invalidação e conseqüente necessidade de repetição de todos os atos praticados sob a vigência da norma revogada.
- (D) Determinado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, a pedido do Ministério Público em face da inexistência de elementos suficientes para o oferecimento da denúncia, a autoridade policial não poderá dar seguimento às investigações, sob pena de violação do princípio do *ne bis in idem*.

98. Autoridades ocidentais têm manifestado preocupação com a brutalidade com que o Estado Islâmico trata supostos “infiéis”, suas pretensões de estabelecer um califado, ignorando as fronteiras nacionais estabelecidas após a Primeira Guerra Mundial, e seus tentáculos de recrutamento em países como Reino Unido, Espanha, Itália e EUA.

Quais dos países abaixo têm territórios atualmente ocupados pelo Estado Islâmico?

- (A) Irã e Arábia Saudita.
- (B) Síria e Turquia.
- (C) Síria e Iraque.
- (D) Iêmen e Turquia.

99. O incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, na região central do estado do Rio Grande do Sul, começou na madrugada de 27 de janeiro de 2013, quando uma das bandas da noite teria usado recursos pirotécnicos durante a apresentação. O fogo teria iniciado no teto da casa noturna. Sem conseguir sair do estabelecimento, mais de 200 jovens morreram e outros 100 ficaram feridos.

O inquérito instaurado constatou que

- (A) a espuma empregada no isolamento acústico da casa noturna estava em consonância com as normas de segurança do município.
- (B) o acesso dos bombeiros foi dificultado em função de a boate estar localizada em prédio com vários andares.
- (C) a ausência de seguranças na boate dificultou a abertura das portas e a evacuação do recinto.
- (D) o alvará do Plano de Prevenção de Combate a Incêndio estava vencido.

100. O complexo nuclear central de Fukushima, no Japão, foi atingido, em 11 de março de 2011, por um tsunami, que devastou quatro de seus seis reatores, dispersando na natureza grandes quantidades de substâncias radioativas.

Assinale a alternativa que apresenta repercussão ambiental e sanitária desse acidente.

- (A) Em 2013, um peixe capturado próximo da central nuclear apresentou nível de contaminação radioativa quase 2.500 vezes superior ao limite fixado pelas normas sanitárias japonesas.
- (B) Em Tóquio, ocorreram vários casos de malformações genéticas em bebês nascidos após a catástrofe.
- (C) Um mês após o acidente, foi constatada a sanidade do entorno da usina e, conseqüentemente, revogou-se a decisão de realocação da população local.
- (D) Em agosto de 2015, o governo japonês determinou o enclausuramento e desativação definitiva da usina.